Quartel da Praça da Polícia (II) (Roberto Mendonça)

Com segurança mesmo o ano de 1890, mas sem data definida, o Palacete transmudou-se em Quartel, ocupado pela Polícia Militar. Não restam dúvidas, a posse ocorreu durante o curto governo republicano de Augusto Ximeno de Villeroy, tenente do Exército. Logo que assumiu o governo, Villeroy modificou, consoante o Decreto n° 11, de 13 de janeiro, a denominação da força militar estadual de Corpo Policial do Amazonas (um resquício da monarquia) para Batalhão de Polícia, copiando em tudo a estrutura do Exército. Não terá ocorrido nesta data, ou próximo desta, a ocupação do palacete pela Força? Qualquer que seja o dia, comemora, no decurso deste ano, onze décadas de posse, a despeito de uma provisória desocupação, sem que a alma miliciana fosse dali expurgada.

Desde a instalação do novo regime, o governo do Amazonas era exercido por oficiais do Exército e da Armada. Em 1895, ocupava-o Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-96), capitão do Exército. Compete-lhe, entre tantas primazias, a iniciativa de ampliar o primitivo Palacete para, preservando as linhas originárias, transformá-lo em condigno aquartelamento, abrigo do Batalhão Militar do Estado (nomenclatura da ocasião). O bronze que assinala o feito, afixado no frontispício do quartel, apenas indica o nome do realizador e do ano.

Em 8 de novembro de 1897, a tropa do 1° batalhão de infantaria do Regimento Militar do Estado (nova denominação), sob o comando do tenente coronel Cândido José Mariano, de regresso da Campanha de Canudos, é recebido neste quartel, consagrado pelas salvas e reverências de seus pares. A imortalidade do feito sobre Canudos se encontra gravada no pórtico do quartel da Praça da Polícia.

No ano seguinte, extraído do Relatório dos trabalhos realizados pela Diretoria de Obras Públicas, sob a direção de Eugênio Ramos Villar,. enviado ao governador do Estado, José Cardoso Ramalho Júnior (1898-1900). "O *Batalhão de Segurança* [o quartel da Praça da Polícia] *está sendo completamente reformado, tendo-se feito os seguintes trabalhos: demolição e construção da fachada da ala esquerda, reforço de alicerces e pilastras; novo assoalho, mudança nas escadas, cimentação de pátios e banheiros, conserto total de telhados e parte do madeiramento, substituição de venezianas, guarda água, portas, conserto nos antigos water closet e assentamentos de novos reparos nos fogões; assentamento de pias, caixas de água, pintura a óleo e caiação de todo o edificio, exceção da frente, construção de gigantes, linhas de esgotos, derivações internas e extinção de um formigueiro*".

Ao final de 1900, as determinações do governador Silverio José Nery (1900-04) ao Regimento Militar do Estado foram de que executasse as salvas regulamentares de tiros de canhão, pela transição do século. A ordenação procedia, pois existia uma fração de artilharia com os necessários apetrechos. Hoje, às portas de um novo milênio, a saudação não poderá ser repetida, simplesmente não mais existe canhão no Quartel da Praça Heliodoro Balbi.

O movimento revoltoso das Forças federais, ocorrido em 8 de outubro de 1910, promovendo um ataque pelas armas, que se conhece por *Bombardeio de Manaus*, feriu não apenas as instituições constitucionais, mas, em especial, arrasou parte deste quartel. Entretanto, venceram a ordem e a Força Policial, que soube defender com denodo e lealdade ao governador do Estado, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-12). Em nova ocasião, o Quartel da Praça da Polícia foi cercado por Forças federais. Em 23 de julho de 1924, a "rebelião tenentista" contra o governo estadual, dirigida por oficiais do 27° BC, surpreendeu a Força Policial e ao próprio governador, César do Rego Monteiro (1921-24). Ambos foram derrotados. O Quartel permaneceu sem danos materiais, e foi defendido por um punhado de intrépidos policiais, à frente seu comandante, o coronel (da reserva) Pedro José de Souza, que sustentou uma refrega desigual até cair ferido por balas adversárias.

Em 29 de novembro de 1930, como desdobramento do "golpe getulista", ocorreu um dos momentos mais aflitivos para a Corporação. Quando sem explicações plausíveis, foi extinta a força militar estadual, por ato do interventor federal no Estado, dr. Álvaro Maia. Os policiais, cerca de trezentos homens, foram aproveitados em diferentes serviços. O quartel desocupado dos policiais serviu, de pronto, para abrigar o serviço de Bombeiros. Todavia, diante de seu amplo espaço, o quartel foi mesmo transformado em escola, abrigando as alunas da Escola Normal, no andar superior, e o grupo Escolar Barão do Rio Branco, no térreo. Para atender a esta nova finalidade, outro interventor, o capitão (do Exército) Nelson de Mello (1933-35), promoveu diversos melhoramentos no prédio, ocasião em que se construiu o segundo piso lateral, pela Rua José Paranaguá.

Em 1936, a 26 de abril, aconteceu a tão almejada reativação da Força Policial. Como o antigo quartel estivesse ocupado por estudantes, a corporação se abrigou precariamente em outras edificações do Estado. Apenas em 1942, sob o comando do major (do Exército) Gentil João Barbato (1941-45), que coordenou o emprego de seus subordinados na ajuda à construção do Instituto de Educação do Amazonas, a Polícia Militar retornou por completo ao "antigo ninho".

No primeiro governo de Gilberto Mestrinho (1959-63), que concedeu amplo apoio ao comandante, coronel (comissionado) Francisco Assis Peixoto (1959-62), o quartel da Praça da Polícia recebeu fortes reparos. O mais marcante - o reparo geral do rancho, - quando ocorreu (pasme!) a moderna substituição do fogão a lenha pelo de gás liquefeito. Em 1972, sucede outra marcante reforma na edificação, por iniciativa do Comandante Geral, tenente coronel Paulo Figueiredo Andrade de Oliveira (1971-73), arrimado pelo governador do Estado, João Walter de Andrade (1971-75). Na parte externa, substituiu-se

parcela do telhado original por telhas de fibrotex, as quais foram trocadas pelas atuais de alumínio, na restauração de 1993. O espaço interior foi redividido, empregando-se madeira e fórmica, propiciando aos policiais um ambiente mais agradável e com relativa funcionalidade. Na execução, contudo, desta remodelação, foram obstruídos os arcos que dividiam as salas e, sem atentar para o originário, acrescentaram deselegantes janelas aos vãos do corredor superior. Quem observar pela Avenida Floriano Peixoto, aos fundos, percebe a mácula e o mal gosto.

O governador do Estado, Henoch da Silva Reis (1975-79), sancionou a Lei n° 1206, de 3 de dezembro de 1976, autorizando a alienação de um imóvel, ou seja, a sede do comando geral da PMAM. A propósito, o quartel recebeu um "ataque" partido do próprio Comandante, coronel (do Exército) Mário Perelló Ossuosky (1975-79), que aproveitou o desabamento de parte do reboco frontal para sustentar a demolição do centenário edifício. A divulgação do edito governamental, todavia, incitou manifestações da comunidade, tanto dos organismos técnicos, quanto dos próprios manauenses habituados com o quartel da Praça da Polícia. As demonstrações de repúdio impediram a consecução da legislação. A preocupação do governador José Bernardino Lindoso (1979-82) com os próprios estaduais foi pioneira, pois estabeleceu que o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, parte do Conjunto Arquitetônico Ambiental da Praça Heliodoro Balbi, se encontra sob proteção especial da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, de acordo com a Resolução n° 01/80, homologada pelo Decreto n° 4.817, de 6 de dezembro de 1980.

Novamente na direção do governo do Estado, Gilberto Mestrinho (1983-87), que convocou para o comando da Corporação, o coronel Helcio Rodrigues Motta (1983-87). Sob este comando, em 1985, o Quartel recebeu nova modelagem, salientando-se a recuperação do rancho, em especial a cozinha central e os refeitórios, agregando uma área no piso superior ocupada por seções administrativas. Em 1993, então na direção do quartel da Praça da Polícia, o coronel Antônio Guedes Brandão conseguiu junto ao governador, Gilberto Mestrinho (1991-95), a reforma do telhado do prédio. Assim, vinte anos depois, as telhas de fibrotex foram substituídas pelas atuais de alumínio, que inegavelmente não causaram boa impressão e resultado satisfatório.

Fontes:

1. Boletim Geral da Corporação - coleção, a partir de 1936. Manaus
2. Braga, Genesino - artigo no Jornal do Commercio, de Diário Oficial do Estado - coleção desde 1893. Manaus
3. Loureiro, Antônio José Souto. Amazonas na Época Imperial. Manaus: T. Loureiro & Cia, 1989.
4. Mendonça, Roberto. Candido Mariano & Canudos. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997
5. Mesquita, Otoni. A Belle Époque Manauara. Manaus: Valer, 1999

6. Monteiro, Mario Ypiranga. Síntese Histórica da Polícia Militar do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1972
7. Relatórios Provinciais - coleção. Arquivo da Associação Comercial do Amazonas. Manaus.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura